

# **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021**

## **1 – CONTEXTO ORGANIZACIONAL**

A Câmara Municipal Vereadores de Agrolândia – SC, inscrita no CNPJ sob nº 07.295.483/0001-48, domiciliada a Avenida 25 de Julho, 850, Centro, é uma administração pública direta e é constituída por nove vereadores, que são os representantes da vontade popular deste município. O quadro de pessoal é formado por seis servidores.

No decorrer do ano de 2020, o Poder Legislativo contou com um gestor, sendo o vereador o senhor Adelândio Galvani.

As demonstrações que serão apresentadas abrangerão somente o legislativo municipal, e, portanto, não engloba às demais áreas e entidades da Administração Municipal.

## **2 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis do exercício de 2021, foram elaboradas observando-se a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade e demais disposições.

Os registros contábeis foram executados através do Sistema de contabilidade – SAPO CLOUD informatizado, da empresa Betha Sistemas Ltda.

Para as transferências recebidas do Executivo, por meio de duodécimos, adotou-se o regime de caixa. Para as despesas empenhadas, liquidadas e pagas o regime utilizado foi o da competência.

Durante este período, foram realizadas provisões de 13º salário e do terço constitucional de férias. Das provisões a que se refere ao 13º salário é zerada no ato do pagamento, e as férias apresentam saldo no final do exercício devido aos períodos aquisitivos.

As depreciações dos bens cadastrados no patrimônio da Câmara Municipal estão sendo registradas pela contabilidade no regime de competência.

### **2.1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – ANEXO 12**

O Balanço Orçamentário está previsto no artigo 102, da Lei Federal nº 4320/1964, e está contido no Anexo 12. Ele demonstra as receitas estimadas e as despesas fixadas no orçamento anual. Considerando que o Poder Legislativo não possui receitas o valor é igual a zero, compensadas pelo recebimento das transferências do duodécimo previsto de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e Setecentos Mil Reais) e recebidas de R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e Setecentos Mil Reais).

O total da despesa fixada para o período de 2021, do legislativo de Agrolândia-SC, foi de R\$ \$ 1.700.000,00 (Um milhão e Setecentos Mil Reais).

O total das despesas empenhadas, liquidadas e pagas foi de R\$1.271.225,04(Um milhão Duzentos e Setenta e Um Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Quatro Centavos), no exercício financeiro. O que proporcionou uma economia de R\$ 428.774,96 (Quatrocentos e Vinte e Oito Mil, Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos), Valor este devolvido à prefeitura, exceto os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 5.613,58, (Cinco Mil Seiscentos e Treze Reais e Cinquenta e Oito Centavos) e restos a pagar no valor de R\$145,29 (Cento e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Nove Centavos).

Portanto, a Câmara de Vereadores do Município de Agrolândia-SC, apresentou uma economia de R\$-434.533,83 (Quatrocentos e Trinta e Quatro Mil, Quinhentos e Trinta e Três Reais e Oitenta e Três Centavos), valor este transferido para a Prefeitura do Município no final do ano de 2021.

## **2.2 – BALANÇO FINANCEIRO – ANEXO 13**

O Balanço Financeiro está previsto no artigo 103, da Lei Federal nº 4.320/1964, e está contido no Anexo 13. Nele que são especificados os ingressos de receitas e os gastos com despesas, tanto orçamentário quanto extra orçamentário.

A Câmara Municipal possui apenas transferência financeira recebida (duodécimo), que está demonstrada no valor total orçado e recebido da Prefeitura Municipal em R\$ 1.700.000,00 (Um milhão e Setecentos Mil Reais). O valor evidenciado na transferência financeiras concedidas é o saldo do duodécimo recebido e não utilizado devolvido ao Executivo no final do exercício.

Os valores descritos em receitas e despesas extra orçamentárias, referem-se a descontos previdenciários, tributários, consignações e rendimentos de aplicações financeiras, incidentes sobre folha de pagamento, retenções sobre prestações de serviço, etc. ou seja, os valores restituíveis e os respectivos pagamentos.

## **2.3 – BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14**

O Balanço Patrimonial está previsto no artigo 104, da Lei Federal nº 4.320/1964, e está contido no Anexo 14 que evidência qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da Câmara.

A entidade possui saldo em caixa de R\$145,29 (Cento e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Nove Centavos) equivalente a restos a pagar de INSS retido gerando assim despesas extras. O valor constante no Ativo não Circulante R\$-749.812,57 refere-se aos bens permanentes registrados pela contabilidade, de acordo com o sistema de controle de patrimônio, descontadas as depreciações, exaustões e amortizações.

O Patrimônio Líquido está composto do Patrimônio Social e Capital Social no valor de R\$ 1.043.550,39 mais os Resultados Acumulados de R\$ 445.078,89, e o resultado positivo do período que é a diferença entre as VPA's a as VPD's.

No Ativo Permanente estão descritos os valores líquidos do Imobilizado da Entidade e no Passivo Permanente as obrigações trabalhistas e previdenciárias (saldo das provisões de férias), resultando no Saldo Patrimonial positivo de R\$-16.241,37.

O sistema de Compensações não apresentou saldo no final do exercício.

## **2.4 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – Anexo 15**

A Demonstração das Variações Patrimoniais está previsto no artigo 104, da Lei Federal nº 4.320/2015, no Anexo 15 que evidencia as alterações no patrimônio, ocorridas durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária e que apura o resultado patrimonial.

A Câmara Municipal apresentou no final do exercício o valor de R\$-359.110,03 nas Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's, compostas do valor recebido por transferência (duodécimo) de R\$-1.700.000,00, e do valor das reversões das provisões pelo pagamento de 13º salário, férias e encargos no valor de R\$ 117.526,33, o valor das aposentadorias e reformas foi no valor de R\$ 8.871,68.

O valor constante no quadro das Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's é de R\$-1.196.503,55. Deste valor 54,84% referem-se aos gastos com pessoal, subsídios, vencimentos e remunerações, dos vereadores e dos servidores, 9,85% com encargos patronais, 42,66% com uso dos bens, serviços e consumo de capital fixo, (materiais de consumo e de distribuição gratuita, diárias, prestação de serviços e depreciações) e 1,75% com as transferências e delegações concedidas, devolução do saldo para a Prefeitura e as contribuições a UCAVI. (*utilizado como base o valor total das VPD's para cálculo dos percentuais*).

## **2.5 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA – Anexo 16**

O Poder Legislativo não constitui Dívidas Fundadas, sem dados à informar.

## **2.6 – DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE – Anexo 17**

A Demonstração da Dívida Flutuante está previsto no artigo 104, da Lei Federal nº 4.320/2015, no Anexo 17 que evidencia as dívidas de curto prazo como restos à pagar e depósitos.

No exercício houve movimentação para restos à pagar no valor de R\$ 145,29, apresentou saldo do exercício anterior e consequentemente o saldo para o exercício seguinte no valor de 145,29. Já para os Depósitos ocorreu movimentação de inscrição e baixa, porém há saldo de exercício anterior e saldo para o exercício seguinte, conforme segue:

## **2.7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – Anexo 18**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa está prevista no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional e permite análise da capacidade do ente em gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em sua atividade. Para 2021 a Câmara realizou as seguintes movimentações:

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais houve ingressos totais de R\$-1.796.114,58, sendo R\$-1.700.000,00 de duodécimo recebido da Prefeitura, R\$-5.613,58 de rendimentos de aplicações financeiras, despesa extra orçamentária e desembolsos totais de R\$-1.475.447,01, sendo R\$-1.214.091,30 com pessoal e demais despesas, R\$-21.000,00 com transferências e R\$240.355,71 de outros desembolsos operacionais, resultando num saldo de caixa líquido das atividades operacionais de R\$-36.153,74.

## **2.8 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO – Anexo 19**

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido está prevista no MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editado pela Secretaria do Tesouro Nacional e demonstrará a evolução do Patrimônio Líquido da entidade. Para 2021 a Câmara demonstrou um saldo inicial de R\$-598.471,50 no Patrimônio Social/Capital Social e resultados acumulados de exercícios anteriores de R\$-85.968,86, já para 2021 o resultado do exercício foi de R\$-359.110,03 foi positivo assim como o Resultado de Exercícios Anteriores, visto que as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA foram maiores que as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD principalmente devido às depreciações dos bens permanentes (imobilizado), resultando no total de R\$-1.043.550,39 para o Patrimônio Líquido da Entidade em 31/12/2021.

É o relatório, Agrolândia-SC, em 31 de dezembro de 2021.

---

**SOLANGE ESSES MARTINS**  
Presidente  
Exercício de 2021

---

**ANTONIO SALÉSIO COSTA**  
Contador  
CRC 026882/0-1